

## MORTE E VIDA DO URBANISMO MODERNO

Resenha do livro

MORTE E VIDA DE GRANDES CIDADES

Jane Jacobs

São Paulo, Martins Fontes, 2000.

Trad. Carlos S. Mendes Rosa

Autora: Erminia Maricato<sup>1</sup>

Jan. 2001

Muitas mudanças ocorreram na cena política econômica e cultural mundial desde o primeiro lançamento do livro de Jane Jacobs em 1961, nos Estados Unidos. Dentre os acontecimentos emergentes no período, que mais poderiam comprometer a atualidade do livro, poderíamos citar: 1) o movimento ambientalista, que criou uma nova consciência social e numa nova institucionalidade e 2) a reestruturação produtiva internacional, conhecida por globalização, que, impulsionada pelas novas tecnologias, concentradas em determinadas mãos, trouxe mudanças nas relações de poder sobre o território. Esses acontecimentos, entre tantos outros, não eliminaram, entretanto, a atualidade de certas teses defendidas por Jane Jacobs com muita veemência.

O planejamento e o desenho urbanos, classificados por Jane como ortodoxos, são objeto de uma crítica radical. Segundo a autora, eles são responsáveis pela “Grande Praga da Monotonia” que assola espaços monumentais, padronizados, vazios, sem vida ou sem usuários, enfim verdadeiras “cidadelas da iniquidade”. Trata-se da “anti-cidade” ou da “urbanização inurbana”, fruto de uma pseudo ciência que é incapaz de olhar para a cidade real e aprender as muitas lições que ela pode transmitir a cada instante. Desprezam a vitalidade urbana e a interação entre os usos para se fixar em fronteiras formais. Buscam autonomia de bairros “acolhedores” e “voltados para si mesmos”, à moda das pequenas cidades ao invés de valorizar a diversidade e a potencialidade propiciada pela grande metrópole.

Qual é o alvo dessa crítica corajosa?

O que Jane Jacobs chama de “planejamento e desenho arquitetônico ortodoxos modernos” está representado, no livro, por três urbanistas que se tornaram paradigmas da história do urbanismo moderno:

Ebenezer Howard autor da proposta da Cidade Jardim, em 1898: um núcleo urbano que não deveria ultrapassar 30.000 habitantes, cercado de um cinturão verde (essa proposta inspirou os bairros jardins construídos em São Paulo).

---

<sup>1</sup> Profa. Titular da USP, secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989 - 1992) e Secretária Executiva do MCidades (2003 - 2005). Participou da criação do MCidades (2003) e coordenou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (até 2005).

Le Corbusier, que propôs, nos anos 20, a Ville Radieuse, uma cidade formada por arranha céus dentro de um parque, tendo o solo livre e a circulação de veículos e pedestres, completamente separada.

Daniel Burnham – líder da proposta City Beautiful, apresentada em uma exposição em Chicago, 1893, que previa a localização de edifícios monumentais em torno de bulevares e parques.

O livro constitui uma defesa da **diversidade** ao longo de suas mais de 500 páginas. Ela é antídoto para grande parte dos males urbanos que ocorrem com o uso monofuncional. Diversidade de usos, de nível sócio econômico da população, de tipologia das edificações, de raças, etc. (Nesse sentido, a segregação é uma contradição com o bem estar). Mais importante do que a polícia, para garantir a segurança de determinada rua, bairro ou distrito, por exemplo, é o trânsito ininterrupto de usuários, além da existência do que a autora chama de “proprietários naturais da rua”. Donos de padarias, mercearias, lojas, pequenos serviços, são os muitos “olhos atentos”, mais eficazes do que a iluminação pública. Trata-se da “figura pública automeada”, a quem os moradores podem recorrer para deixar um recado, uma chave, uma encomenda. A vida pública informal impulsiona a vida pública formal e associativa. Algumas pessoas acumulam relações e conhecimento, elas são únicas. A autogestão democrática é que garante o sucesso dos bairros e distritos que apresentam maior vitalidade e segurança. Isso significa a permanência de pessoas que forjaram uma rede de relações: “Essas redes são o capital social urbano insubstituível”.

O tempo é um fator importante na formação dessas redes. Projetos que implicam em remoção da população, como prefere o urbanismo ortodoxo, podem estar destruindo exatamente o fator de maior potencialidade de recuperação de uma área de cortiços. A autora se coloca francamente contra os projetos que implicam em ações cirúrgicas de remoção e demolição (para a implantação de um monótono conjunto habitacional também chamado de “cortiço emparedado”) valorizando revitalizações paulatinas e progressivas que considerem o envolvimento dos moradores e sua manutenção no local, e promovam a reciclagem dos edifícios.

O espaço fundamental onde essa diversidade e intensidade de usos ocorre é nas **ruas e calçadas**. A partir dos contatos nas ruas é que pode “florescer a vida pública exuberante na cidade”. As calçadas (que devem ser largas) podem ser mais importantes do que parques para as atividades das crianças, pois “espaços e equipamentos não cuidam de crianças”. O urbanismo ortodoxo atribui às áreas livres uma importância exagerada além de ser inimigo da rua. O grande número de áreas livres previstas nos conjuntos habitacionais não se prestam aos encontros, mas ao contrário, freqüentemente à violência. O paisagismo não garante o uso de uma área livre mas sim a sua vizinhança e esta está condicionada à diversidade e intensidade de usos. “Porque é tão freqüente não haver ninguém onde há parques e nenhum parque onde há gente?”

Se a diversidade é tão fundamental para garantir que as cidades não morram, não é de se estranhar que na parte 2, o livro passa a se ocupar das condições geradoras da mesma. Vamos encontrar aí algumas “receitas práticas”.

Para garantir uma diversidade exuberante nas ruas, distritos e cidades, é necessário verificar 4 condições concomitantemente (este é considerado o ponto mais importante do livro):

- a) A necessidade de usos principais combinados – o distrito deve atender a mais de uma função principal para garantir um certo número de pessoas nas ruas em todos os horários do dia (estas devem sair de casa em horários diferentes e buscar os lugares por motivos diferentes)
- b) A necessidade de quadras curtas – “as oportunidades de virar as esquinas deve ser freqüente”
- c) A necessidade de prédios antigos – “O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estado de conservação variados”
- d) A necessidade de concentração – determinada densidade é fundamental para o florescimento da diversidade

Tendo em vista essas propostas e também as considerações contidas na parte três do livro (sobre trânsito, habitação, gestão e planejamento) podemos concluir que uma etapa do que a autora se propôs, no parágrafo introdutório (“tentativa de introduzir novos princípios no planejamento urbano e na reurbanização”) não foi plenamente alcançada. As propostas não logram ser tão importantes e consistentes, quanto as críticas que são desenvolvidas na primeira parte do livro, embora contenham algumas sugestões interessantes.

Além desse, cabem ainda, rapidamente, dois reparos a essa obra que já se tornou clássica. O primeiro é que ela ignora as críticas ao urbanismo funcionalista feita por outros autores (arquitetos/urbanistas militantes, liderados pelo grupo inglês Team X) que se envolveram em debates no interior dos CIAMs – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - após a segunda guerra mundial. O segundo CIAM, ocorrido em 1933, lançou a proposta da “Cidade Funcional” fixando os princípios do urbanismo funcionalista que seria registrado na “Carta de Atenas”. Nos CIAMs que se seguiram, entre 1947 a 1953, a crítica à esterilidade abstrata da “cidade funcional” teve início e amadureceu a ponto de ocorrer uma cisão no IX CIAM, quando as quatro categorias funcionalistas da “Carta de Atenas” foram duramente criticadas. Mesmo sem pretender fazer um trabalho acadêmico, seria de se esperar que Jane Jacobs acompanhasse e mencionasse a polêmica internacional que envolvia os urbanistas, muitos dos quais tinham um ponto de vista semelhante ao seu.

O segundo reparo que ousamos fazer é considerar demasiada a culpa que é atribuída aos urbanistas diante dos males urbanos. Parte dos problemas descritos são decorrentes da ação dos agentes que participam da produção das cidades, em especial capitais e proprietários imobiliários que buscam estratégias de maximização dos lucros. A autora parece não acreditar na força política desses interesses quando afirma: “Quando achamos que o desejável é uma cidade viva, diversificada, capaz de aprimoramento contínuo e denso, então ajustaremos a máquina financeira para obter isso” (p. 350).

Mesmo sabendo que grande parte das idéias contidas neste livro não se referem à realidade urbana e metropolitana de países como o Brasil, (o desenvolvimento desse comentário exigiria o dobro do espaço que foi atribuído a essa resenha) a leitura do livro é útil além de prazerosa. É sempre gratificante um contato com alguém que vê a cidade como uma construção complexa e valoriza a ação social sobre a realidade.